

Mulheres negras e processos educativos do enlace dos dispositivos de racialidade e sexualidade no Brasil

Acassia Anjos dos Santos Rosa¹

Wheber Mendes dos Santos²

Resumo

Este estudo analisa a construção histórica da mulher negra como figura subalterna no contexto colonial, destacando as práticas de violência, como o estupro sistemático, e os dispositivos de poder, como os de sexualidade e racialidade, que disciplinaram seus corpos e subjetividades. Explora como o colonialismo, ao desumanizar e hipersexualizar a mulher negra, consolidou hierarquias de poder, enquanto também analisamos as formas de resistência desenvolvidas por essas mulheres ao longo da história. A pesquisa enfatiza a contribuição das intelectuais negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes, para a desconstrução das opressões interseccionais e a construção de epistemologias insurgentes.

Palavras-Chave: violência, mulheres negras, racismo.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta uma inquietação que emerge de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é compreender como a produção da racialidade influencia o processo educacional do corpo, especialmente do corpo negro. No decorrer da investigação, surgiu uma questão paralela que extrapola o eixo central: de que forma mulheres negras são educadas pelo dispositivo da racialidade?

A história das mulheres negras, desde os períodos iniciais da colonização, é marcada por violências estruturais e simbólicas que as posicionaram como figuras centrais, embora subalternizadas, nas dinâmicas de poder e domínio racial e de gênero. Diferentemente de outras experiências sociais, a vivência da mulher negra foi construída na interseção de dispositivos de poder que consolidaram sua desumanização e hipersexualização. Os conceitos de Michel Foucault, como os dispositivos de sexualidade e racialidade, permitem compreender como o colonialismo operou não apenas pela força bruta, mas por meio de tecnologias de biopoder,

¹ Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG); Professora Adjunta de Língua Espanhola e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Aracaju, Sergipe, Brasil; acassiaanjos@academico.ufs.br.

² Mestrando em Educação (UFS); Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED-UFS); Aracaju, Sergipe e Brasil; whebeer@gmail.com.

disciplinando corpos e produzindo subjetividades ajustadas às exigências econômicas e ideológicas da sociedade escravocrata (Foucault, 1988).

Entretanto, a narrativa histórica da mulher negra não se limita à condição de vítima. Conforme apontado por autoras como Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (1984) e Nilma Lino Gomes (2017), a mulher negra emerge como agente central na luta contra o racismo, o sexismo e a exclusão social. Suas práticas de resistência, enraizadas em tradições culturais e políticas de matriz africana, articulam a luta por justiça social e epistemológica, confrontando as hierarquias coloniais que ainda estruturam o mundo contemporâneo.

Embora a questão maior da pesquisa não se detenha na análise das obras dessas autoras, essa questão menor torna-se crucial, uma vez que o problema central da investigação é entender como o corpo negro é educado pela racialidade. Partimos da hipótese de que a produção da racialidade interage com outros dispositivos de produção de sujeitos, como o sexo/gênero no dispositivo da sexualidade. Refletimos também sobre essa possível interseção entre os dispositivos que atravessam corpos e os inscrevem em regimes discursivos que circulam binaridades como branco/negro, mulher/homem, cisgênero/transgênero, discussões que são exploradas em forma de notas ao final dos apontamentos.

Este artigo propõe analisar a construção da mulher negra como uma figura inventada pelo colonialismo e pela modernidade, destacando os mecanismos de poder que disciplinaram seu corpo e os modos como ela ressignificou sua existência. A partir de uma abordagem interseccional e interdisciplinar, o texto conecta conceitos teóricos pós-estruturalistas às análises críticas do feminismo negro e do afropessimismo, situando a mulher negra no enlace dos dispositivos coloniais de racialidade e sexualidade.

Dessa maneira, realizamos uma pesquisa bibliográfica, ponderando, neste artigo, uma forma de compreender um problema menor antes de nos dedicarmos a esmiuçar a questão principal da pesquisa. A investigação em filosofia ocorre pelo uso, contestação, indagação e emergência dos conceitos em diferentes contextos, permitindo novas formas de compreensão e resistência:

Ao contrário da ciência, ela não se apoia em experimentos ou na observação, mas apenas na reflexão. E, ao contrário da matemática, não dispõe de nenhum método formal de verificação. Ela se faz pela simples indagação e arguição, ensaiando ideias e imaginando possíveis argumentos contra elas, perguntando-nos até que ponto nossos conceitos de fato funcionam (Nargel, 2007, p. 2).

Seguiremos uma ordem de entendimento neste artigo-ensaio que consistirá em uma discussão inicial, explicando o conceito de dispositivo e seus usos por Foucault e Sueli

Carneiro. Posteriormente, buscaremos o entrelace entre a produção dupla gênero-raça em mulheres negras, propondo apontamentos parciais para futuros desenvolvimentos.

2. O enlace dos dispositivos de racialidade e sexualidade

O dispositivo apresenta-se como uma teia heterogênea que inclui discursos, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições científicas, enunciados filosóficos, morais e filantrópicos (Foucault, 1995). O dispositivo é uma espécie de formação que, em um momento histórico dado, teve como função principal responder a uma urgência (Carneiro, 2023). Esse conceito implica uma relação de poder que se manifesta através de uma complexa rede de elementos e é capaz de exercer um controle sobre o corpo.

Podemos observar acima que, para Foucault (2020) a ideia de dispositivo emerge das condições históricas, atendendo a situações específicas, nesse caso, a esse processo de configuração de corpos e fabricação de populações nesse processo de emergência dos discursos sobre sexo e sua configuração outra pela sexualidade e as ciências sexuais. O dispositivo, dessa maneira, não se pretende universal, nem atemporal, mas imerso dentro dos campos de luta de saber-poder de determinado momento temporal, não sendo de possível aplicação em outro contexto sem um estudo intenso das suas condições de formação.

No contexto da sexualidade, Foucault refere-se ao dispositivo da sexualidade como um conjunto de práticas e discursos que emergem no final do século XVII, destinados a controlar a sexualidade humana. Ele argumenta que a sexualidade não é apenas uma questão de atos individuais, mas é também algo que é produzido e regulado socialmente. Através do dispositivo da sexualidade, as práticas sexuais são investigadas, catalogadas, analisadas e reguladas, classificadas em normal e anormal, transformando-se em uma área de interesse científico e político.

Podemos observar, que a incisão da sexualidade inventa uma regulação de corpos através desta, tendo em si, a criação de um campo heterogêneo. Para Sueli Carneiro (2023), para o dispositivo constituir-se é necessária a criação de heterogêneos:

Ao se constituir, um dispositivo fica disponível para ser operacionalizado em diferentes circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo mediante seu preenchimento estratégico. Se, na composição de um dispositivo, o primeiro passo é demarcar seus componentes heterogêneos, o segundo é “demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos (Carneiro, 2023, p.27).

O dispositivo funda um campo ontológico: há a constituição de uma nova unidade, que possui como núcleo uma identidade padrão, e, fora dele, uma exterioridade que foi construída

como oposta, mas imprescindível para a afirmação através da negatividade dessa identidade apresentada nessa nova unidade central.

Michel Foucault, em "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber" (2020), propõe uma inversão na compreensão tradicional da repressão sexual, analisando como o discurso da sexualidade está intrincado com relações de poder e saber no Ocidente. Ele argumenta que o poder não apenas reprime a sexualidade, mas também a produz, moldando suas formas e expressões.

Sueli Carneiro (2023) complementa essa análise ao destacar que o controle da sexualidade na Modernidade está vinculado à identidade da burguesia e seu projeto político. Segundo a autora, esse controle incide particularmente sobre o corpo feminino na família burguesa, mas também afeta corpos que não se encaixam na norma heterocisgênera, ampliando a discussão para além do binarismo homem/mulher.

Foucault (2020) apresenta o conceito de "dispositivo da sexualidade", que regula experiências sexuais por meio de discursos, instituições e práticas normativas, alcançando diferentes contextos culturais. Esse dispositivo também cria regimes de verdade sobre o sexo, isto é, sistemas discursivos que definem o que é considerado legítimo em determinado período e sociedade (Foucault, 2012). Para Carneiro (2023), esses regimes de verdade são sustentados por instituições como medicina, psiquiatria e educação, o que reforça o poder disciplinar sobre os corpos.

No século XIX, as ciências sexuais patologizam a sexualidade considerada desviante, legitimando intervenções médicas e jurídicas. Foucault (2019; 2020) associa essa normatização ao "racismo de Estado", mecanismo de exclusão e normalização da população. Ele distingue duas abordagens da sexualidade: a "ciência do sexo", que busca um saber universal e normativo, e a "arte erótica", praticada em culturas orientais, que enfatiza a experiência subjetiva e o prazer.

Outro aspecto fundamental da análise foucaultiana é o papel da confissão na regulação da sexualidade. Desde a Idade Média, a confissão tem sido incorporada a práticas burocráticas e científicas, criando uma verdade sobre o sexo a partir da escuta clínica e da medicalização da subjetividade (Foucault, 2020). Essa prática reforça a normalização e a disciplina dos corpos e dos prazeres.

Foucault (2020) também relaciona a sexualidade ao biopoder, conceito que descreve o controle da vida em dois níveis: o poder disciplinar, que age sobre corpos individuais, e a biopolítica, que regula populações inteiras. Esse poder se manifesta em instituições modernas,

como a escola, a família e o sistema prisional, moldando os indivíduos para otimizar a produção capitalista. O biopoder não apenas maximiza vidas, mas também define quais devem ser excluídas ou deixadas morrer, expondo o racismo estrutural da biopolítica (Foucault, 2019).

Na perspectiva foucaultiana, a história da sexualidade é a história da regulação dos corpos, do saber sobre o prazer e da relação do sujeito consigo mesmo. O dispositivo da sexualidade, ao longo do tempo, se transforma, ajustando a forma como os indivíduos se conhecem e se regulam. Foucault (2020) sugere que a verdadeira resistência não deve se concentrar no desejo ou no sexo, mas nos corpos e nos prazeres, abrindo caminhos para novas formas de subjetividade e relações.

O conceito de dispositivo, conforme desenvolvido por Michel Foucault, é fundamental para compreender as estratégias de controle e normalização dos corpos e das populações. Sueli Carneiro expande essa noção ao propor a analítica da racialidade, demonstrando como a racialidade, assim como a sexualidade, constitui um dispositivo que produz e regula corpos, determinando quem é considerado humano e quem é relegado ao status de "outro".

A racialidade opera como um dispositivo de poder que constrói uma ontologia binária, onde a brancura emerge como o padrão normativo e o não-branco é categorizado como negro, indígena ou amarelo. Essa dualidade não é apenas classificatória, mas hierarquizada, atribuindo ao branco um estatuto positivo e ao não-branco uma posição subalterna. Como aponta Carneiro (2023), essa construção histórica se entrelaça com processos econômicos e políticos, consolidando-se como um mecanismo disciplinar que atua na subjetivação dos indivíduos.

No contexto brasileiro, a escravidão desempenhou um papel crucial na conformação desse dispositivo. A associação do trabalho manual à população negra e a valorização do ócio entre as elites brancas perpetuaram a desvalorização do trabalho realizado pelos negros mesmo após a abolição. Esse legado colonial foi instrumental na estruturação das desigualdades raciais, sendo reforçado por discursos científicos e normativos que legitimaram a inferiorização do negro e a superioridade branca. Como observa Carneiro (2023), a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre não eliminou as estruturas de dominação racial, mas as reconfigurou dentro de uma nova ordem disciplinar.

A racialidade, portanto, constitui-se como um campo de saber-poder que se manifesta através de discursos, práticas institucionais e representações sociais. Foucault (1976) argumenta que os dispositivos de poder não apenas reprimem, mas também produzem sujeitos e realidades. No caso da racialidade, o dispositivo produz verdades sobre a identidade racial, normalizando

a branca e patologizando a negra. Essa normalização se dá tanto no espaço público quanto no privado, consolidando um regime de visibilidade e invisibilidade que reforça as hierarquias raciais.

A proposta de pensar um dispositivo de racialidade é justamente utilizar o aporte teórico desenvolvido nas genealogias de Foucault sobre dispositivo, tomando como guia para a análise da racialidade moderna-colonial, terreno em "que esse Eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade" (Carneiro, 2023, p.31). Tal processo de retirada da humanidade e vitalidade do não-ser, aquilo que não é o Eu hegemônico, é fundamental para entendermos as dinâmicas de genocídio e dominação, bem como o modo de funcionamento das teias do poder colonial que se imiscuem no solo massapê da plantation de cana-de-açúcar.

O dispositivo de racialidade não apenas engendra desigualdades raciais, mas também se entrelaça ao da sexualidade, criando formas complexas de subordinação. Carneiro (2023) destaca como a racialidade e a sexualidade foram co-constitutivas na estruturação das relações de poder na sociedade brasileira. A emergência de um novo estatuto para a cor da pele indica uma transformação na maneira como as diferenças raciais foram percebidas e instrumentalizadas pela burguesia brasileira. A burguesia, ao afirmar sua superioridade em relação à monarquia e ao mesmo tempo legitimar sua hegemonia durante a expansão imperialista, desenha um processo de "expurgo" do mal do corpo branco para os "outros corpos". Isso se traduz em práticas que utilizaram negros e índios como cobaias para o desenvolvimento de tecnologias que beneficiariam os corpos brancos, refletindo um processo sistemático de exploração e desigualdade (Carneiro, 2023).

Ela sugere que a constituição do dispositivo de racialidade remonta a momentos anteriores à sociedade disciplinar, que segundo a autora teria sido iniciada com a república, incorporando novas dimensões ao longo do tempo. Essa perspectiva é complementada pela teoria do contrato racial de Charles Mills, que permite um diálogo entre a análise genealógica de Foucault e a construção da racialidade como dispositivo de poder. Mills (2023) localiza a emergência do contrato racial no final do século XV, associando-o às expedições de conquista e à construção de uma hierarquia racial que perdurou e evoluiu ao longo dos séculos (Carneiro, 2023).

Além disso, a racialidade também se articula com a biopolítica, conforme analisado por Foucault (1978). O biopoder, ao regular a vida das populações, estabelece formas de exclusão

e inclusão que determinam quem deve ser protegido e quem pode ser descartado. No Brasil, essa lógica se expressa na marginalização sistêmica da população negra, evidenciada nos índices de violência, encarceramento e acesso desigual a direitos básicos como educação e saúde. O mito da democracia racial, conforme argumenta Carneiro (2020), funciona como um discurso ideológico que encobre essas desigualdades, promovendo a ideia de uma harmonia racial inexistente.

A compreensão da racialidade como um dispositivo de poder nos permite problematizar as formas de sujeição racializadas e questionar as narrativas que sustentam as desigualdades. Ao reconhecer que essas hierarquias são historicamente construídas e mantidas por mecanismos disciplinares, abre-se espaço para pensar estratégias de resistência e transformação. A crítica aos dispositivos de poder não implica apenas a sua identificação, mas também a busca por alternativas que desestabilizem essas estruturas e promovam novas formas de subjetivação e pertencimento.

3. Negra-mulher, ou mulher negra: a construção do corpo carne feminino

A construção histórica da mulher negra enquanto figura social foi marcada profundamente pelas práticas violentas do colonialismo, especialmente os estupros coloniais. Essas práticas não se limitaram à violência física, mas foram instrumentalizadas por tecnologias de poder que visavam disciplinar corpos e produzir subjetividades racializadas e sexualizadas. A partir de conceitos como o dispositivo de sexualidade e o dispositivo de racialidade, é possível compreender como essas tecnologias operaram para consolidar as hierarquias coloniais e sustentar as estruturas de controle do Estado-nação.

Os estupros de mulheres negras no período colonial não foram meros atos de barbárie, mas instrumentos de domínio inseridos em uma lógica biopolítica, conforme analisado por Achille Mbembe (2018). O autor explica que o biopoder — a capacidade de gerir vidas e decidir quais corpos merecem viver ou morrer —, no caso das mulheres negras, foi direcionado para a exploração de sua capacidade reprodutiva e para a construção de um imaginário de desumanização racial. Como argumenta Patterson (2018), a "morte social" imposta aos homens negros durante a escravidão não se aplicava de maneira idêntica às mulheres negras. Estas foram instrumentalizadas como "meios de produção" biológica e simbólica, inserindo seus corpos em uma lógica produtiva que, paradoxalmente, as afastava da plena negação existencial imposta aos homens negros, mas as mantinha em uma subjugação específica e hipersexualizada.

Michel Foucault (1976) define o dispositivo de sexualidade como um conjunto de discursos, instituições e práticas que regulam e normatizam os corpos e as relações sociais por meio do controle da sexualidade. No contexto da mulher negra, esse dispositivo operou de forma racializada, construindo um imaginário de hipersexualidade que justificava sua exploração. A figura da mulher negra foi consolidada como um "corpo disponível", ao mesmo tempo marginalizado e central na manutenção das estruturas coloniais, que se utilizavam de sua sexualidade como ferramenta de controle. Essa construção não se restringiu à esfera privada, mas foi mediada pelo Estado, que utilizava a reprodução forçada de mulheres negras para sustentar a economia escravocrata e perpetuar as hierarquias raciais.

Além disso, o dispositivo de sexualidade se articulava ao dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005), que disciplinava e categorizava os corpos negros como subalternos por meio da fabricação de diferenças biológicas e culturais. Essa articulação legitimava práticas de violência e exploração, enquanto construía subjetividades desumanizadas, que ainda hoje são reiteradas pelo racismo estrutural.

Sueli Carneiro (2005) aprofunda a discussão sobre os efeitos do colonialismo na mulher negra ao introduzir o conceito de epistemicídio. Segundo Carneiro, o racismo estruturante não apenas desumaniza os corpos negros, mas também elimina os saberes e as histórias dessas populações, criando uma negação de sua subjetividade. A hipersexualização da mulher negra, herança direta do colonialismo, é parte de um processo mais amplo de dominação que envolve a exclusão sistemática de suas narrativas e de sua presença nos espaços de poder.

Lélia Gonzalez (1988), em sua análise sobre a "amefricanidade", revela como as mulheres negras, mesmo dentro de um sistema de opressão tripla — de raça, gênero e classe —, desempenham um papel central na resistência cultural e política. Gonzalez argumenta que a mulher negra, ao mesmo tempo em que foi objeto de exploração colonial, também foi agente de resistência, utilizando práticas culturais, linguagens e espiritualidades de origem africana para subverter o controle imposto pelas estruturas coloniais.

Nilma Lino Gomes (2017) reforça a importância das mulheres negras enquanto agentes transformadores na sociedade contemporânea, destacando a relevância das políticas de ações afirmativas e do feminismo negro. Para Gomes, as mulheres negras não apenas contestam os dispositivos coloniais, mas também constroem epistemologias que desafiam as narrativas eurocêntricas e patriarcais. O feminismo negro, segundo ela, emerge como uma resposta às opressões interseccionais, articulando raça, gênero e classe para promover a emancipação das mulheres negras e reposicionar suas vivências no centro do debate político.

No Brasil, as representações e estereótipos sobre a mulher negra têm sido historicamente construídas de forma a reforçar a opressão racial e de gênero. Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, importantes pensadoras do feminismo negro, analisam como esses estereótipos se materializam na figura da mulher negra, que é dividida em três tipos principais: a *mulata exportação*, a *barraqueira* e a *negra idosa servil*. Essas categorizações, embora distintas, compartilham a função do dispositivo de racialidade de disciplinar esses corpos, subordinar e desumanizar as mulheres negras, reduzindo suas identidades a papéis preestabelecidos pela lógica colonial e patriarcal.

Mulata Exportação

A *mulata exportação* é um estereótipo que representa a mulher negra como um objeto sexual exótico, desejado e consumido, especialmente por turistas estrangeiros, e amplamente promovido em imagens e narrativas que vendem uma visão distorcida da identidade racial brasileira. Carneiro (2020) aponta que, ao ser construída sob essa ótica, a mulher negra é desprovida de sua subjetividade, sendo apenas um "corpo disponível" para o prazer alheio. A sexualização excessiva dessa figura, além de reduzir a mulher negra a um objeto de consumo, perpetua a ideia de que sua presença no mundo social é voltada apenas à satisfação dos desejos de outros.

Gonzalez (2020), ao analisar o impacto das representações culturais, destaca como a *mulata* representa uma tentativa de assimilação do negro ao contexto social brasileiro, mas sem jamais ser plena e autenticamente integrada à sociedade. Ao ser exótica e sexualizada, a mulher negra torna-se um símbolo do que a sociedade patriarcal deseja consumir, mas sem reivindicar para si os direitos e a dignidade dos cidadãos plenos.

A Barraqueira

A *barraqueira*, por outro lado, é um estereótipo que constrói a mulher negra como alguém "excessiva", agressiva e conflituosa. A imagem da mulher negra que "sobe no palco" e "arruma confusão" é frequentemente utilizada para justificar sua marginalização social e econômica. Segundo Carneiro (2020), a *barraqueira* é vista como alguém que, ao não se submeter às normas estabelecidas de comportamento, é excessivamente "enérgica" e, portanto, uma ameaça às estruturas de poder estabelecidas. Esta imagem é uma forma de controlar a mulher negra, rotulando-a como uma figura caótica e indomável, para que sua voz e sua luta sejam deslegitimadas.

Negra Idosa Servil

O último estereótipo discutido por Carneiro e Gonzalez é o da *negra idosa servil*, que representa a mulher negra idosa como alguém submisso, dedicada ao trabalho doméstico e, muitas vezes, relegada ao papel de cuidadora dos outros. Carneiro (2020) enfatiza que essa imagem da mulher negra idosa não apenas reforça a ideia de sua subordinação, mas também ignora as suas contribuições históricas e sua autonomia enquanto sujeito. A *negra idosa servil* não é vista como uma mulher com agência própria, mas como alguém cuja função é cuidar e servir aos outros sem questionar as condições em que se encontra.

Gonzalez (1988), por sua vez, argumenta que essas representações são parte de um processo mais amplo de epistemicídio, que apaga a história e a agência das mulheres negras, especialmente aquelas mais velhas, ao mantê-las em um lugar de invisibilidade e subordinação. Ao negar as contribuições e a subjetividade dessas mulheres, as sociedades patriarcais e racistas reforçam as desigualdades estruturais, impedindo-as de ocupar outros espaços de poder e de protagonismo social.

3. Considerações parciais

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho demonstram como os dispositivos de racialidade e sexualidade estruturaram a opressão histórica das mulheres negras, consolidando uma lógica de desumanização e controle. A partir do estupro colonial e das tecnologias de poder que instrumentalizaram os corpos negros femininos, emergiu uma configuração sociopolítica que perpetua a violência, a exploração e a marginalização dessas mulheres. No entanto, ao mesmo tempo em que se observa essa dinâmica de opressão, também se evidencia a força e a resistência das mulheres negras na luta pela reconfiguração de suas posições na sociedade.

Dessa forma, as considerações finais deste trabalho reforçam que o debate sobre os dispositivos de poder que estruturaram a exploração da mulher negra deve continuar sendo aprofundado. A descolonização do pensamento, a construção de novas epistemologias e o fortalecimento das redes de apoio e resistência são fundamentais para transformar as condições materiais e simbólicas dessas mulheres. Assim, o reconhecimento das violências históricas precisa ser acompanhado por medidas concretas que visem a reparação e a emancipação das mulheres negras em todos os aspectos da vida social.

Referências

- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar: Rio de Janeiro, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade: um conceito negro para a resistência e a luta cultural*. São Paulo: Editora ABC, 1988.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MILLS, Charles. *O contrato racial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- NARGEL, Hans. *Filosofia e seu método*. São Paulo: Editora X, 2007.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: Editora N-1, 2018.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: EDUSP, 2018.

Mujeres negras y procesos educativos del enlace de los dispositivos de racialidad y sexualidad en Brasil

Resumen

Este estudio analiza la construcción histórica de la mujer negra como figura subalterna en el contexto colonial, destacando las prácticas de violencia, como la violación sistemática, y los dispositivos de poder, como los de sexualidad y racialidad, que disciplinaron sus cuerpos y subjetividades. Explora cómo el colonialismo, al deshumanizar y hipersexualizar a la mujer negra, consolidó jerarquías de poder, mientras también se analizan las formas de resistencia desarrolladas por estas mujeres a lo largo de la historia. La investigación destaca la contribución de las intelectuales negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez y Nilma Lino Gomes, para la deconstrucción de las opresiones interseccionales y la construcción de epistemologías insurgentes.

Palabras clave: violencia, mujeres negras, racismo.

Femmes noires et processus éducatifs de l'enchevêtrement des dispositifs de racialité et de sexualité au Brésil

Résumé

Cette étude analyse la construction historique de la femme noire en tant que figure subalterne dans le contexte colonial, mettant en évidence les pratiques de violence, telles que le viol systématique, et les dispositifs de pouvoir, comme ceux de la sexualité et de la racialité, qui ont discipliné ses corps et ses subjectivités. Elle explore comment le colonialisme, en déshumanisant et en hypersexualisant la femme noire, a consolidé des hiérarchies de pouvoir, tout en analysant les formes de résistance développées par ces femmes au cours de l'histoire. La recherche met en avant la contribution des intellectuelles noires, comme Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez et Nilma Lino Gomes, à la déconstruction des oppressions intersectionnelles et à la construction d'épistémologies insurgentes.

Mots-clés : violence, femmes noires, racisme.

Black Women and Educational Processes of the Intersection of Racial and Sexuality Devices in Brazil

Abstract

This study analyzes the historical construction of the black woman as a subordinate figure in the colonial context, highlighting practices of violence, such as systematic rape, and power devices, such as those of sexuality and raciality, that disciplined their bodies and subjectivities. It explores how colonialism, by dehumanizing and hypersexualizing black women, consolidated power hierarchies, while also examining the forms of resistance developed by these women throughout history. The research emphasizes the contribution of black intellectuals, such as Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, and Nilma Lino Gomes, to the deconstruction of intersectional oppressions and the construction of insurgent epistemologies.

Keywords: violence, black women, racism.